

O COOPERATIVISMO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA*

Luciano de Souza Costa **

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir o cooperativismo sob o ponto de vista teórico. Para tanto, realiza-se uma análise das origens e do desenvolvimento do cooperativismo, para que, em primeiro lugar, se possa defini-lo melhor e, em segundo lugar, para que se possa compreender sua atual configuração e possíveis tendências. Um dos grandes pecados das análises sobre o cooperativismo é ter uma visão equivocada do processo histórico de constituição do cooperativismo e das cooperativas, bem como uma equivocada visão da natureza humana. Estas análises tentam mostrar, equivocadamente, que o cooperativismo remonta aos primórdios da humanidade e que o ato de cooperar é um traço natural do homem. Assim concluem que o cooperativismo e a cooperativa são tão antigos como naturais. O cooperativismo é um movimento social resultante das consequências do liberalismo econômico século XIX, que buscava formas alternativas para melhorar a vida da classe trabalhadora. E a cooperativa assim se tornou o meio prático pelo qual coletivamente a classe trabalhadora tentava sobreviver. Esta foi estruturada a partir dos princípios de Rochdale, princípio estes que hoje em dia estão caindo em desuso devido ao desvirtuamento, seja do espírito cooperativista, seja da própria organização cooperativa. Na maioria das vezes, estas cooperativas têm se comportado como se fossem empresas privadas.

Palavras-Chave: Cooperação; Cooperativismo; Cooperativa.

Abstract: The present article has for objective to argue the cooperativismo under the theoretical point of view. For in such a way, an analysis of the origins and the development of the cooperativismo, so that, in first place, if e can better definiz it, in according to place is become fullfilled, so that if it can understand its current configuration and possible trends. One of the great sins of the analyses on the cooperativismo is to have a maken a mistake vision of the historical process of constitution of the cooperativismo and the cooperatives, as well as one maken a mistake vision of the

nature human being. These analyses try to show, equivocadamente, that the cooperativismo retraces to the primórdios of the humanity and that the act to cooperate is a natural trace of the man. Thus they conclude that the cooperativismo and the cooperative are so old as natural. The cooperativismo is a resultant social movement of the consequences of economic liberalism century XIX, that it searched forms alternative to improve the life of the diligent classroom. E the cooperative thus became the practical way for which collectively the diligent classroom tried to survive. This was structuralized from the principles of Rochdale, principle these that nowadays is falling in disuse due to the desvirtuamento, either of the cooperativista spirit, either of the proper cooperative organization. Most of the time, these cooperatives if have held as if they were private companies

Key-Words: Cooperation; Cooperativism; Cooperative.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de uma longa história e de sua importância socioeconômica, o cooperativismo é um fenômeno pouco compreendido, principalmente pelos economistas, que, por vezes, têm concebido o cooperativismo e a cooperativa apenas sob os aspectos doutrinários, românticos e utópicos ou apenas sob o olhar da empresa privada. Há, assim, uma deficiência no modo como se vê este fenômeno. Não se pode entender um fenômeno social tão complexo e dinâmico olhando apenas sob um determinado prisma; o doutrinário, por exemplo. Também não se pode excluir ou marginalizar a perspectiva doutrinária e utópica, pois o cooperativismo distanciado do conteúdo doutrinário é na realidade uma inadequação programática.

Enfim, os economistas têm, por vezes, tratado o cooperativismo de forma inadequada. É de ficar perplexo que economistas como Charles Gide, Tougan-Baranovisky, Léon Walras, Wicksell e outros não se preocuparam com a aplicação da teoria econômica ao fenômeno do cooperativismo, limitando-se, em grande medida, aos aspectos doutrinários. Evidentemente que há exceções como os economistas alemães Fraz Oppenheimer e Robert Leifman. Todavia, há hoje algumas tentativas de elaboração teórica com um maior rigor teórico, metodológico e histórico; as teorias da cooperativização; global, sistêmica, fiduciária; além das teorias cooperativas neoclássica; a teoria do comportamento cooperativo e a teoria de Munster conhecida, também como teoria econômica da cooperação.

Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir o cooperativismo sob o ponto de vista teórico. Para tanto, realizou-se uma análise das origens e do desenvolvimento do cooperativismo, para que, em primeiro lugar, se possa defini-lo melhor e, em segundo lugar, para que se possa compreender sua atual configuração e possíveis tendências.

2- POR UMA DEFINIÇÃO MAIS PRECISA DO COOPERATIVISMO E DA COOPERATIVA

Um dos grandes pecados, por parte de alguns autores, é ter uma visão equivocada do processo histórico do cooperativismo e da cooperativa e também uma noção equivocada da natureza humana. Estes teóricos têm tido uma visão a-histórica do processo de constituição do cooperativismo, que implica na tese de que o cooperativismo é um movimento tão antigo que remonta aos primórdios da história humana. Como também uma equivocada noção da natureza humana quanto à tendência natural e universal de cooperar. Para esses autores, como Klaes (2005), o cooperativismo pode ser encontrado em sociedades bastante remotas, como na sociedade feudal ou ainda nas sociedades grega e romana, querendo com isso dizer que o cooperativismo é algo tão antigo como natural. Assim, para Klaes (2005, p.32), o cooperativismo é tão natural que até mesmo os animais compartilham de sentimentos de ajuda mútua, de solidariedade e de cooperação. Nas palavras de Klaes (2005, p.32-34):

Manifestações do instinto de ajuda mútua têm-se profundas em toda a natureza e até nos últimos degraus da vasta escala dos seres vivos. Subindo-a paulatinamente, até atingir os animais superiores, encontram-se provas inconcussas de instinto, de hábitos de solidariedade e de apoio recíproco. São clássicos os exemplos da formiga precavida e laboriosa e da abelha ativa, símbolos do espírito de associação, de tenacidade, de trabalho incessante e de inteligência ao serviço de uma causa comum. São conhecidas suas admiráveis organizações de defesa e apoio mútuo, tanto na paz como na guerra. Também entre os pássaros são freqüentes, como frisam os naturalistas e ecólogos, esse espírito de coesão, de cooperação na luta em comum pela sobrevivência. As próprias aves de rapina, antipáticas em seu instinto cruento, têm também pendores acentuados para a vida coletiva. São hoje por demais conhecidos e pesquisados seus hábitos de longos vôos para se reunirem a outras, em pontos distantes. Entre os pingüins é tão comum este sentimento de solidariedade, que tratam eles com efusivo desvelo os seus doentes, vigiando-os e alimentando-os com carinho. São de uma índole tão comunicativa que se aproximam confiantes do próprio homem, talvez seu maior inimigo. Assim, muitos animais, em suas migrações, colocam os mais débeis no centro dos grupos, destacando sentinelas avançadas para a sua defesa nas longas jornadas e iniciam a caminhada para regiões onde esperam melhores condições de vida. Este princípio e esta solidariedade que existem na ordem da natureza têm por instrumento específico a cooperação na ordem social, econômica e moral, bem como na órbita da inteligência e na esfera profissional. O homem, como ocupante do mais elevado grau da escala, dos seres vivos também prescinde de auxílio e cooperação mútua (assim tem sido desde seus primórdios), para a consecução de seus objetivos mais imediatos. Dessa forma, conforme o exposto, não há dúvida sobre a tendência do homem em buscar sanar as exigências que o meio ambiente lhe impõe, por meio de uma ação grupal, pois, assim é, talvez, mais fácil. Por isso, cooperativismo é um fenômeno que tem acompanhado a evolução do homem desde seus primórdios [1].

Já autores como Namorando (2005), apesar de também afirmarem a existência do cooperativismo antes do século XIX, acabam por concordar que o cooperativismo surge do movimento operário do século XIX. Assim, segundo Namorando (2005, p.3-4):

[...] as cooperativas eram algo mais do que um dos pilares do movimento operário, já que, como sua própria designação sugere, sempre foram também uma expressão da cooperação entre os homens. Uma expressão organizada da cooperação que a tem como eixo. Ora, como sabemos, a cooperação é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas. Nos primórdios da civilização, foi mesmo uma das condições básicas para a sobrevivência da espécie. Por isso, as cooperativas estão longe de ser um fenômeno circunstancial historicamente datado e passageiro. Pelo contrário sendo organizações movidas pelo impulso da cooperação, radicam-se através dele no que há de mais essencial das sociedades humanas. [...] Propostas estas razões pela via cooperativa e dada a evolução do respectivo fenômeno, é legítimo que se pergunte se continua a ter sentido valorizar-se para a sua compreensão o código genético, na parte que o radica historicamente no movimento operário. Incluo-me para uma resposta afirmativa, uma vez que essa ligação ao movimento operário deixou marca no universo cooperativo, em termos verdadeiramente estruturantes. E deixou-o através dos princípios de Rochdale. [...] como podemos facilmente verificar comparando a sua versão actual, datada de 1995, com a versão original de Rochdale, que remonta 1844, há uma identidade profunda e evidente entre ambas. Reflectem uma mesma visão do cooperativismo. Ora, na primeira versão dos princípios cooperativos está bem presente o enraizamento da cooperatividade no movimento operário, o qual, por essa via, continua a ser uma raiz viva da actualidade cooperativa. Por isso, esquecer essa marca genética pode significar a subalternização da lógica mais profunda da cooperatividade.

Embora sejam encontradas experiências cooperativas e associativas em períodos bastante remotos, estas não passam de manifestações de sociabilidade característica do homem enquanto um ser social. Não é possível considerá-las partes do movimento cooperativista que é genuinamente moderno [2]. O cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às conseqüências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX [3].

Desse modo, não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX.

Segundo Pinho (1966), embora etimologicamente *cooperação*, *cooperativa* e *cooperativismo* derivem do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*) que significa trabalhar com alguém, são conceitos distintos. Enquanto a cooperação significa ação conjunta com vista ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia e, finalmente, a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim. Desse modo, Pinho (1966, p.7) afirma que cooperativismo e cooperativa não são sinônimos:

Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* – operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é

uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. Entretanto, o termo cooperação tem sido geralmente usado: como equivalente de cooperativismo. É o que se verifica em Gide, Gaumont, Lavergne, Lasserre, Poison, Broukère, Totomianz, Borea – para citar apenas alguns exemplos – e também autores brasileiros tais como Saturnino Brito, Srandy Raposo, Valdiki Moura e outros; e, embora com menos frequência, como equivalente de cooperativa (PINHO, 1966, p.7) [4].

Assim, esta autora definiu o cooperativismo e cooperativa como segue:

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistentemente, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino (PINHO, 1966, p.8).

O cooperativismo é, portanto, um movimento social produzido por um determinado período do capitalismo, mais precisamente final do século XVIII e início do século XIX [5], período no qual o conflito entre capital e trabalho atingiu o seu ápice, e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora fizeram com que homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópico, viessem a propor um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa) [6]. É a partir desses homens que a classe trabalhadora começa a se organizar e a reivindicar melhores condições de trabalho e vida. Daí surgem as associações, os sindicatos, os partidos políticos da classe trabalhadora, e, em particular, as cooperativas [7].

3- O COOPERATIVISMO COLOCADO NA PRÁTICA: AS PRIMEIRAS COOPERATIVAS

As primeiras experiências cooperativas, denominadas por Pinho (1966) de pré-cooperativas [8], surgem no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa como iniciativas contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores.

As mais antigas cooperativas de que se tem notícia são: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwinch e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769); e cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795). Depois desse período houve uma grande proliferação de cooperativas de consumo na Inglaterra. Entretanto, antes de 1844, todas as tentativas de se implementar cooperativas de consumo foram fracassadas, sobretudo em Brighton (1827), na Inglaterra, e em Guebwiller (1828) e Lyon (1835), na França [9].

Segundo Pinho (1966), existiram algumas experiências exitosas, quais sejam, a cooperativa de consumo de Rochdale e as cooperativas de crédito de Schlse-Delitzsch (cooperativa que leva o nome de seu criador e da cidade de Delitzsch, na Alemanha, onde surgiu por volta de 1849 para auxiliar a classe média urbana) e Raiffeinsen (cooperativa que foi fundada por Raiffeinsen, entre 1847-48, para atender as necessidades dos agricultores), que inspiraram outras cooperativas como as de Luzzatti, Haas e Wollemborg.

Depois de muitas tentativas, a experiência mais exitosa foi a Cooperativa de consumo do “Pobros Pioneiros de Rochdale”, constituída em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale [10]. Esta cooperativa foi fruto da iniciativa de 28 operários do setor têxtil, que buscavam melhorar suas vidas. Então em 24 de outubro de 1844 foi fundada “Rochdale Society Equitable Pioneers Limited”. Em 21 de dezembro do mesmo ano começou a funcionar como armazém cooperativo. Iniciou com um capital de 28 libras, o suficiente apenas para comprar uma pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo, aveia e vela. A sociedade cresceu rapidamente. Em 1845 eram 80 associados, enquanto o capital atingia 180 libras. Em 1851 já contava com 630 associados. Em 1857 atingiu 1850 associados. Depois de dez anos atingiu um número impressionante de 5.300 associados [11].

Segundo Panzutti (2001) [12] os Probos Pioneiros são assim considerados os inventores da moderna da distribuição cooperativa dos bens de consumo. Segundo Silva Filho (2001) [13], o sucesso de “Rochdale” inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, de tal modo que os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) e os princípios (adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade) elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, com algumas pequenas mudanças, adotados pelo movimento cooperativista. [14].

4. O PRESENTE E O FUTURO DO COOPERATIVISMO PELO MUNDO

Segundo Pinho (1982, p.33-35), o sucesso transformou a experiência dos Pioneiros de Rochdale em um símbolo. As normas elaboradas pelos 28 tecelões são, como já foi dito, em parte,

até hoje seguidas pelas cooperativas do mundo inteiro. O conteúdo doutrinário das proposições dos Pioneiros de Rochdale foi propagado na época e ecoou após sua morte até os dias de hoje pelo principal representante da Escola de Nimes [15], o economista Charles Gide (1847-1932). Gide sistematizou idéias cooperativistas esparsas, tornando-se muito conhecido graças à clareza e elegância de seu estilo e também à influência que a França exercia como centro de difusão cultural e política. Assim é com Gide que o pensamento Rochdaleano encontra realmente seu principal sistematizador. Para se chegar à “República Cooperativa” dever-se-ia, segundo ele, inicialmente implantar as cooperativas de consumo, depois as de produção industrial e, finalmente, as de produção agrícola. Este programa com base nos consumidores transformaria a sociedade, eliminaria os conflitos e as injustiças sociais, numa solução pacífica sem expropriação. Num segundo momento, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) [16] incorporou a concepção sistematizada por Gide e passou a difundi-la pelo mundo.

Assim, segundo Silva Filho (2001) [17], o desenvolvimento do cooperativismo e o surgimento de cooperativas pelo mundo se devem ao êxito da cooperativa de “Rochdale” [18]. Esta exitosa experiência enquanto modelo tendeu a gerar um movimento cooperativo reformista e não revolucionário. Definindo-se como uma alternativa dentro do sistema e não mais como uma alternativa ao sistema. Levou, conseqüentemente, à separação do movimento cooperativo do movimento sindical, à constituição de um movimento interclassista e à constituição de cooperativas especializadas. Desse modo, o atual espírito cooperativista foi influenciado pelos princípios de “Rochdale”, que podem ser sintetizados em duas leis; a Lei da Extensibilidade Indefinida – que permite adesão voluntária de qualquer pessoa que queira se integrar - e a Lei da Adaptação ao Progresso Econômico - que permite a incorporação de atividades que estejam na vanguarda do desenvolvimento econômico.

Ademais, segundo Pinho (1982, p.65), o movimento tendeu ao desvirtuamento em decorrência dos problemas resultantes da própria evolução da cooperativa, que deixou de ser uma simples associação mutualista para se transformar em complexa organização social. Em outras palavras, a cooperativa incorpora todos os problemas da empresa capitalista moderna. [19] E, embora se inspire no ideal de democracia direta, acaba em uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada. Assim, do ponto de vista socioeconômico, a cooperativa se modernizou desvirtuando-se dos seus princípios básicos:

Como associado-empresário-usuário racional, o cooperado renuncia a uma parte de sua autonomia e de seu poder para se unir cooperativamente a outros empresários, submentendo-se aos princípios de igualdade e da gestão democrática, bem como à formação de um patrimônio ou acervo de utilidade coletiva, mas impartilhável entre os associados. Aceita limitações, à sua decisão pessoal, impostas pelas assembléias gerais de cooperados, em troca de determinadas vantagens, tais como: redução de custos, economia de escala, ampliação do mercado, defesa de sua produção ou de sua atividade profissional, realização solidária de empreendimentos que transcendem o âmbito de sua capacidade técnica e financeira e aumento de serviços econômicos e sociais, à sua disposição, etc. Em todas essas situações, entretanto, o cooperado não está com a reforma moral do homem, a correção de distorções

ou a mudança do sistema em que vive. Está apenas interessado em realizar sua atividade econômica com mais eficácia, e, é neste sentido que busca a ação cooperativa. Esse enfoque da cooperativa como técnica organizatória eficaz na promoção do desenvolvimento sócio-econômico passa a se tornar significativo, sobretudo nos últimos anos. Então, paralelamente ao cooperativismo de inspiração rochdalena, desenvolve-se um “cooperativismo sem Rochdale” na acepção doutrinária, que utiliza a cooperativa como técnica empresarial (PINHO, 1982, p.66).

Hoje em dia o espírito cooperativista está, portanto, cada vez mais longe de suas raízes, dando margem, assim, para que existam inúmeras confusões, seja acerca do que realmente é, seja acerca do que pode fazer. As conseqüências são estas já apontadas anteriormente, a transformação destas em cooperativas de fachada, pois estão se comportando como empresas privadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo, apesar de transcorrido mais de 150 anos, ainda é pouco compreendido, principalmente pelos economistas. Na maioria das vezes, o cooperativismo é tratado, por estes, apenas sob o aspecto doutrinário, o que tem dificultado análises mais precisas deste movimento que gerou uma organização socioeconômica tão importante nos dias de hoje: a cooperativa. E, conseqüentemente, tem provocado grandes confusões teóricas e conceituais e, por conseguinte, o desvirtuamento da prática cooperativista. Neste sentido, muitas cooperativas tem se comportado como se fossem empresas privadas, esquecendo assim os princípios básicos do cooperativismo.

6. NOTAS

* Este artigo é fruto da Pesquisa sobre cooperativismo no Oeste do Paraná desenvolvida na Linha de Pesquisa de Desenvolvimento Sustentável do Grupo de Pesquisa de Comportamento Político.

** Mestre em Economia e atualmente docente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Cascavel. Contato: End. Rua Sergio Djalma de Holanda, 1940B, Neva, Cascavel, PR. Email – lucianosozucosta@yahoo.com.br . Telefone (45) 3222-9893.

1. Segundo Pinho (1982, p. 64-66), o “homo cooperativus”, tal como conceberam alguns doutrinadores cooperativistas, é apenas uma abstração que permanece no campo do comportamento ideal, desvinculado da realidade socioeconômica.

2. Cf. Silva Filho (2001) Citado por Vieira (2005).

3. Cf. Pinho (1966).

4. Ver também em Tesch (2004). Cooperar é colaborar com outras pessoas para alcançar o mesmo objetivo. Cooperativismo é um movimento que propõe uma associação de pessoas que buscam juntas se beneficiar. E, finalmente, cooperativa seria uma organização orientada pelo espírito cooperativista.

5. Ver mais sobre a origem do movimento cooperativista em Rios (1981), Tesch (2000) e Pinho (1966).

6. Cf. Pinho (1966, p.25), este ideal foi sistematizado na França, pelo professor de economia política da Universidade de Paris – Chales Gide (1847-1932). Líder da “Escola de Nimes”, Gide foi trazido ao cooperativismo pelo conterrâneo Augusto Fabre, que organizava um círculo de debates sobre a causa operária em Nimes (uma pequena cidade do sul da França). Aí entrou em contato com Boyve, que já criara várias

associações mutualistas e conhecia a experiência dos “Pioneros de Rochdale”. Em 1886, ano do II Congresso das Cooperativas de Consumo da França (Lyon), Gide proferiu um discurso-programa difundindo os ideais da cooperativa de Rochdale. A partir de 1891, outros doutrinadores surgiram, como: Beatriz Webb (que publicou um estudo sobre o cooperativismo inglês), Fauquet (que discordava de Gide quanto à república Cooperativa, para ele o cooperativismo deveria se limitar aos setores doméstico, artesanal e campesinato) e Lavergne, Poisson e Lasserre (seguidores de Gide). No Brasil as idéias de Gide inspiraram as primeiras cooperativas. Gide defende as cooperativas de consumo em detrimento das de produção, porque estas últimas crescem lentamente, desviam-se do tipo puro e entram em conflito com as cooperativas de consumo. (Pinho 1966 p.61).

7. Segundo Klaes, as cooperativas foram inspiradas nas idéias de homens como: Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837); Willian King (1786-1865); Benjamin Buchez (1796-1865); Louis Blanc (1812-1882); John Bellers (1645-1725); Edward Graig (1804-1894); Willian Tompson (1785-1833); Saint-Simon (1760-1825); Michel Derrion (1802-1850); Etienne Cabet (1788-1856); Pierre Leroux (1788-1871); Victor Considant (1808-1893); Johann Pestalozzi (1746-1872); Giuseppe Mazzini (1805-1872); Claude de Rouvroy (1760-1825) e Proudhon (1809-1865).

8. Segundo Pinho (1966, p.33-34), “é no capitalismo ‘atomizado’ que encontramos as sociedades que podemos chamar de ‘pré-capitalista’ por serem anteriores à estruturação propriamente dita das cooperativas. São de tipo comunitário ou não, organizadas por grupos confessionais ou por idealistas leigos”. Exemplo, os Shakers, que são comunidades confessionais agrícolas da América do Norte e colônias icarianas (Cabet), falanstérios (Fourier) e Nova Harmonia (Owen), que são comunidades seculares. Assim, estas comunidades pré-cooperativas se apresentam ainda de maneira vaga e imprecisa, embora tenham alguns princípios que mais tarde seriam adotados pelos Probos. Sua importância reside no fato de terem lançado a semente do cooperativismo.

9. Ver em Vieira (2005, p.31), Pinho (1966, p. 38-39) e Pinho (1982, p.30-31).

10. Pequena cidade têxtil localizada no distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra, onde ocorreram sérios problemas sociais decorrentes da industrialização.

11. Ver em Vieira (2005, p.32), Pinho (1966, p.40-42) e Pinho (1982, p 32).

12. Ver em Vieira (2005).

13. Ver em Vieira (2005).

14. Em 1844, ocasião da constituição da Rochdale, foram estabelecidos os valores e princípios orientadores do cooperativismo. Dela para cá estes foram sendo ajustados às mudanças históricas e à diversidade cultural do mundo. Assim, os princípios sofreram ajuste em Paris (1937), em Viena (1966) e no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional em Manchester (1995). Mas os valores e princípios básicos do cooperativismo foram ratificados, principalmente no último congresso no Brasil (2000). (Tesch, 2000; Pinho, 1966 e Pinho 2001).

15. Segundo Pinho (1982, p.33), surgiu casualmente por volta de 1886, em Nimes, pequena cidade ao sul da França, onde algumas pessoas se reuniam com Charles Gide, jovem professor de economia política, para discutir problemas econômicos. Dentre os participantes destacam-se Boyve, que conhecia o movimento cooperativista Inglês, e Fabre, que era proprietário de uma pequena fábrica de fiação e conhecia as obras de Fourier. O nome – Escola de Nimes – foi atribuído pejorativamente em 1888 por Brelay, economista da Escola Liberal.

16. Entidade internacional de representação das cooperativas fundada em 1895 de viés Gideano, ou seja, defende a hegemonia do consumidor. Isto significa que defende uma linha mais reformista do movimento ao contrário da linha defendida pelo modelo cooperativista de produção. (Pinho, 1982, p.36-60).

17. Ver em Vieira (2005, p 34).

18. Conforme Pinho (1966, p.30), hoje em dia existe uma variabilidade de tipos de cooperativa, podendo ser classificadas em: cooperativas de primeiro grau (são cooperativas simples como as cooperativas de produção ou trabalho, consumo, agrícola, crédito, saúde, educação, habitação, infra-estrutura, trabalho, transporte, turismo, mistas e etc.); cooperativas de segundo grau (são cooperativas que congregam outras cooperativas em âmbito estadual ou metropolitano, como centrais; federações e uniões); e as cooperativas de terceiro grau (são as confederações que congregam cooperativas em âmbito nacional de segundo grau).

19. Segundo Vieira (2005), no século XIX houve o crescimento das cooperativas especializadas; a cooperativa de consumo de origem Rochdale; cooperativas de trabalho de origem francesa; cooperativas de crédito de

origem alemã; cooperativas agrícolas de origem alemã e dinamarquesa e as cooperativas de serviços, como as de moradia e de saúde, que surgiram em diferentes países da Europa.

7. REFERÊNCIAS

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distancia**. Florianópolis/SC. 2005. (Tese de Doutorado em Engenharia de Produção). UFSC

NAMORANDO, R. **Cooperativismo** – um horizonte possível. 2005. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/229/229.php>> Acesso em: 10 dez de 2006

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. 18 ed. São Paulo: CNPq, 1982.

_____. **Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos**. 2001 Disponível em: <http://www.divabenevidespinho.ecn.br/novo2/artigos_detalle.asp?id_artigo=5>. Acesso em: 10 dez. de 2006

RIOS, G.S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).

TESCH, W. **Dicionário básico de cooperativismo**. Brasília: Secoop, 2000.

VIEIRA, A C. M. **Cooperativismo de trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda**. Taubaté/ SP. (Dissertação de mestrado) Universidade de Taubaté.